

# **INCLUSÃO E A PRÁTICA PEDAGÓGICA: UMA ANÁLISE SOBRE AS NECESSIDADES EDUCACIONAIS DOS ALUNOS DE SÉRIES INICIAIS**

(INCLUSION AND PEDAGOGICAL PRACTICE: AN ANALYSIS ON THE DEVELOPMENT OF EARLY GRADE STUDENTS)

Adriely Bezerra da Silva<sup>1</sup>

Bruna Germana Nunes Mota<sup>2</sup>

## **RESUMO**

A pesquisa discute sobre o papel do pedagogo. Por ser um dos principais atores neste ambiente de desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem, buscou-se entender como o pedagogo pode contribuir com a educação inclusiva, partindo da perspectiva central. A problemática da pesquisa é entender como o pedagogo percebe a proposta de inclusão na escola em que atua e os principais desafios para sua efetivação. O objetivo é investigar o papel do pedagogo como facilitador no processo de inclusão, no âmbito da educação regular em anos iniciais de uma escola pública em Fortaleza-Ceará. A justificativa se dá devido a experiências acadêmicas e pelo contato contínuo com pessoas que têm necessidade específica no desenvolvimento. Para metodologia da pesquisa foram realizados levantamento bibliográficos, observações de campo, bem como entrevista semiestruturada com um pedagogo. Concluiu-se que os estudos apontados entendem o processo de inclusão como ainda desafiador, pois está se consolidando na escola e nos profissionais da educação que, por sua vez, têm se mostrado fundamentais neste processo.

**Palavras-chave:** Inclusão. Pedagogo. Educação.

## **ABSTRACT**

As the pedagogue is one of the main actors in this development environment of the teaching and learning process, we sought to understand how the pedagogue can contribute to inclusive education, having as a central focus the following problem: "How does the pedagogue perceive the proposal of inclusion in the school in question and the main challenges for its realization? Aiming to investigate

---

<sup>1</sup> Aluna do Curso de Pedagogia do Centro Universitário Ateneu (UniATENEU). E-mail: yleirdasilva@gmail.com

<sup>2</sup> Professora do Centro Universitário Ateneu (UniATENEU). E-mail: bruna.mota@uniateneu.edu.br

the role of the pedagogue as a facilitator in the inclusion process, within the scope of regular education in the early years of a public school in Fortaleza-Ceará. The theme was chosen because as an academic I have had continuous contact with people who have a specific need in development. In view of this, I felt compelled to address this issue and act to favor the access and permanence of these subjects in school life, so that they can develop fully, as well as influence the development of other colleagues. For the development of the research, bibliographic survey, field observations, as well as a semi-structured interview with a pedagogue were carried out. The results indicate that the inclusion process has been somewhat challenging, it is in the process of consolidation in the school and the pedagogue professional has proved to be fundamental in this process.

**Keywords:** Inclusion. Pedagogy. Education

## 1 INTRODUÇÃO

Historicamente, os alunos com necessidades educacionais específicas apresentam dificuldades no desenvolvimento, por isso, geralmente são postos à margem, o que os levam à exclusão no ambiente educacional e social. Tendo em vista que a proposta de inclusão escolar de crianças e adolescentes – com necessidades educacionais no desenvolvimento – é algo bem recente em nosso país, acredita-se que as escolas estão em processo de consolidação de suas propostas de educação inclusiva e devem enfrentar desafios nesse contexto.

Diante disso, compreender os caminhos históricos da educação inclusiva no Brasil e esclarecer o papel do pedagogo, diante da inclusão de crianças com necessidades específicas no desenvolvimento, mostra-se fundamental para consolidação de nossa atuação profissional diante da missão de fortalecer e estruturar práticas educacionais inclusivas.

Nesses últimos anos, as experiências acadêmicas e o contato contínuo com pessoas que possuem necessidades educacionais no desenvolvimento, impulsionaram a nos debruçar sobre esse assunto e atuar a fim de favorecer o acesso e a permanência desses sujeitos na vida escolar, de forma que possam se desenvolver plenamente, bem como influenciar no desenvolvimento de outros colegas.

O problema de pesquisa versa sobre o seguinte questionamento: Como o pedagogo percebe a proposta de inclusão na escola em questão e quais são os principais desafios para sua efetivação?

O objetivo da pesquisa é investigar o papel do pedagogo como facilitador no processo de inclusão, no âmbito da educação regular em anos iniciais de uma escola pública em Fortaleza-Ceará. Os objetivos específicos visam 1) identificar como tem sido o processo de inclusão entre crianças, com necessidades educacionais no desenvolvimento, no Ensino Fundamental I, 2) investigar estratégias para auxiliar crianças, com necessidades específicas no desenvolvimento, na rotina do ensino regular.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1 Percurso da educação inclusiva: dos primórdios à atualidade**

Ao refletir sobre o tema “inclusão”, bem como seu processo ao longo da História, percebe-se que, para não repetir antigos erros é importante conhecer as trajetórias e os equívocos do passado. É importante compreendermos que o tempo não pára e que o mundo segue avançando, e os assuntos relacionados à inclusão – temática central deste trabalho – também acompanham essas transformações e, inevitavelmente, evoluem. Por isso, torna-se imprescindível conhecer as contribuições conquistadas até aqui, analisando o papel do pedagogo diante disso, para que este assunto tão importante receba o destaque devido, supere os desafios enfrentados e avance em sua consolidação.

A autora Arlete Miranda (2003, p.2) traz, na revisão de literatura de um de seus trabalhos, a divisão da História da inclusão em quatro fases distintas: a *primeira fase*, vista como uma fase de negligência, remonta ao que foi falado também na obra de Brandenburg e Lückmeier (2013), em que esses sujeitos nem ao menos eram vistos como seres humanos, sendo submetidos a tratamentos horrendos. Essa fase remonta ao período da Idade Média e da Era pré-cristã, no qual os autores afirmam que haviam muitas perseguições e matanças a pessoas que nasciam com alguma deficiência. Os autores supracitados afirmam também que, no século XV, pessoas consideradas loucas, ou com alguma deficiência mental e/ou física, eram mandadas para a fogueira, pois eram vistas como possuídas por espíritos malignos. Para Enicéia Gonçalves Mendes (2006), ainda no século XVI, médicos e pedagogos já desafiavam os pré-conceitos vigentes pela sociedade na época de que pessoas deficientes eram ineducáveis, já que, naquele tempo, a educação era privilégio para poucos, de forma que esses profissionais assumiam, eles próprios, a função de professores de seus pupilos. Desta forma, o cuidado passou a ser meramente custodial, pois as

experiências inovadoras foram bem escassas, de modo que a institucionalização em asilos e manicômios foi a principal saída para pessoas que apresentavam comportamentos vistos como inapropriados.

A *segunda fase*, para a autora Arlete Miranda (2003), é vista como a fase de institucionalização, a qual se deu por volta dos séculos XVIII e meados do século XIX, na qual estes sujeitos eram segregados, colocados em instituições. Brandenburg e Lückmeier (2013, p.175) também apontam que, nesse período, essas pessoas eram retiradas do convívio social, colocadas em celas, em asilos, calabouços e hospitais. Percebe-se o quanto esse assunto era bem delicado entre esses séculos e como as pessoas, vistas como loucas ou deficientes mentais, nem sequer eram consideradas como seres humanos, pois não recebiam o mínimo de dignidade para viverem em sociedade e terem suas necessidades atendidas. Se não bastasse a exclusão, essas pessoas ainda eram submetidas a vivenciar esses horrores, os quais não se pode justificar de forma nenhuma. Mediante esse contexto, é muito importante trabalharmos arduamente e assiduamente em nossa sociedade para que situações como essas não se repitam, nem mesmo que sejam, no mínimo, semelhantes.

Já na *terceira fase*, abordada por Arlete (2003), nos séculos XIX e XX, houve uma considerável evolução, quando começaram a criar salas de aulas e escolas especiais nas quais estes sujeitos eram colocados para terem um ensino à parte. Nessa terceira fase a autora cita três estudiosos pioneiros que acreditavam na capacidade de desenvolvimento dessas pessoas, naquela época, vistas como “idiotas”; o primeiro deles é o estudioso Jean Marc Itard (1774 – 1838) que desenvolveu as primeiras tentativas de educar uma criança de doze anos chamada Vitor, conhecido como “Selvagem de Aveyron”. O médico foi reconhecido como o primeiro estudioso a usar métodos sistematizados para ensinar pessoas com necessidades específicas do desenvolvimento, ele estava certo que a inteligência de Vitor era educável. Outro importante pesquisador foi o também médico Edward Seguin (1812-1880) que, a partir dos estudos de Itard, desenvolveu o *método fisiológico de treinamento*, que buscava a estimulação do cérebro por meio de atividades e de estímulos físicos e sensoriais.

Maria Montessori (1870-1956), uma importante educadora da educação de pessoas com necessidades educacionais específicas do desenvolvimento, traz nos seus estudos um programa de treinamento desenvolvido para crianças chamadas “deficientes mentais”, baseado no uso e na manipulação de objetos concretos, sendo essas técnicas experimentadas em vários países da Europa e da Ásia.

Na *quarta fase*, ainda segundo Arlete (2003), denominada de *fase da integração*, esses sujeitos são inseridos na escola regular para vivenciarem, de forma mais parecida possível, o ensino regular. Pode-se afirmar que essa fase se deu no final do século XIX e se estende até os dias de hoje. Segundo a autora, muitos países apresentam essas fases em períodos mais antigos, porém, no Brasil, percebem-se as fases um e dois até a década de 50, em que os estudos estavam limitados ao ambiente acadêmico e eram pouco aplicados no auxílio concreto de pessoas com alguma necessidade.

Brandenburg e Lückmeier (2013) afirmam que a inclusão no Brasil é diretamente influenciada por experiências europeias e norte-americanas, como também é fundamentada no trabalho de médicos e pedagogos que visam o desenvolvimento dessas pessoas. No artigo “Educação, Psicologia Escolar e Inclusão: aproximações necessárias”, Gomes e Souza (2011) trazem o percurso da inclusão escolar no Brasil. Os autores citam políticas e ações que vêm sendo feitas ao longo dos anos, desde os anos 90, passando pelo ano 1993, com o Plano Decenal de Educação para Todos, citando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996. Também é citado o decreto n.º 6.571, de 2008, que busca avançar nas discussões da inclusão escolar ao regulamentar a possibilidade de atendimentos educacionais especializados aos alunos em processo de inclusão.

Percebemos, assim, que o percurso para a implementação de uma educação inclusiva firme, que venha a abranger toda a população com alguma necessidade especial, ainda está no seu processo inicial.

## **2.2 Desafios enfrentados pela educação inclusiva de crianças no contexto escolar**

Atualmente, no Brasil, dispomos de leis e de portarias nas quais se observa a busca para que pessoas com alguma necessidade no desenvolvimento possam ter, de fato, suas demandas atendidas e desenvolvam plenamente seu potencial no ambiente escolar. Porém, mesmo com essas leis, o processo de inclusão tem enfrentado muitos desafios.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), artigo 53 no capítulo IV, assegura que a criança e o adolescente possuem direito à educação, visando seu pleno desenvolvimento e preparo para o exercício da cidadania, bem como a preparação para o trabalho, promovendo-lhes igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. No artigo 54, capítulo III, é assegurado o dever do Estado em promover o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, de

preferência na rede regular de ensino, a qual é definida pelo aspecto de atender aos alunos de acordo com uma respectiva idade.

Segundo Couto e Delgado (2015, p.19), os caminhos para o foco na saúde mental de crianças e de adolescentes só foram propostos no início do século XXI. Antes disso, o país não tinha esse público como prioridade, ficando invisível até mesmo ao vigoroso movimento da Reforma Psiquiátrica brasileira – em 1989. Diante desse fato, um dos desafios iniciais para a consolidação do processo de inclusão é dar o devido lugar de fala e também o “lugar de ser” desses indivíduos, de forma que eles possam ser vistos como sujeitos de direitos, com potencialidades e com desejos que precisam e merecem ser atendidos.

No prefácio da obra: *Inclusão: Um guia para educadores*, de Susan e William Stainback (1999, p.11), encontramos uma referência de Robert Barth (1990), um professor de Harvard que indicou preferir que seus filhos frequentassem escolas nas quais as diferenças fossem valorizadas e celebradas como coisas boas, como oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento para a interação de pessoas com suas particularidades. Vivendo em um mundo plural esse é mais um desafio, pois as escolas tradicionais, segundo Lago e Santos (2011, p. 946), celebram a cultura das semelhanças, ao contrário da nova escola – a inclusiva – que é pautada por uma cultura de diferenças, na qual toda diferença será reconhecida e incluída e não deixada de lado.

Atualmente busca-se, de fato, o vivenciar da inclusão. A educadora Teresa Mantoan (2004), traz um alerta e uma crítica importante a respeito da diferença do integrar *versus* o incluir de fato. Assim, é necessário explicações para o entendimento da diferença entre o integrar e o incluir, pois, colocar crianças ou adolescentes, com necessidades específicas no desenvolvimento, em um ambiente com outras crianças, que não apresentem as mesmas necessidades, não significa que aquelas crianças estão sendo incluídas, pois para o viver da inclusão é necessário a preparação do ambiente e das pessoas que fazem parte dele para que haja de fato inclusão e não somente integração.

Ainda segundo Mantoan (2004), “a inclusão é uma inovação, e um grande desafio é modernizar e reestruturar nossas escolas, pois essas precisam compreender que a necessidade de alguns alunos não são apenas deles, mas parte do modo como o ensino é ministrado e de como a aprendizagem é concebida e avaliada”. Para a autora, são muitas as frentes de trabalho para o efetivar da inclusão, de forma que há uma concentração nas principais tarefas, são elas: i) Recriar o modelo educativo. Não se pode encaixar um projeto novo, como é o caso da inclusão, em uma matriz ultrapassada, daí a necessidade de recriar o modelo vigente; ii) Reorganizar as escolas

pedagogicamente e administrativamente, abrindo espaço para que a cooperação, o diálogo, a solidariedade, o espírito crítico e a criatividade sejam fortalecidos no seio escolar por todo o corpo docente, administrativo e demais funcionários e, principalmente, os alunos de forma geral; iii) Garantir aos alunos tempo e liberdade para aprender, retirando o foco do aprovar ou reprovar; iv) Formar, aperfeiçoar e valorizar o professor de forma que ele encare o desafio da inclusão com entusiasmo, amor e dedicação na sua plenitude.

Para a pedagoga Sílvia Orrú (2017, p. 1129), os modos tradicionais, que estão arraigados em muitas escolas, impedem o fluir da inclusão. Isto porque esse ensino tradicional observa o aluno como um ser passivo, uma tábula rasa, ou seja, uma folha em branco, um mero repetidor do que lhe é transmitido, o que não contribui com seu desenvolvimento e aprendizado. Isso acaba por marginalizar os alunos que não se encaixam nesse padrão pré-estabelecido pela escola e, por isso, a própria autora traz como desafio a necessidade de superar o modelo dicotômico apresentado há séculos, o qual tem sido um grande responsável pelo fracasso dos alunos que não conseguem acompanhar os demais. A avaliação do diagnóstico que, segundo a autora, despersonaliza e etiqueta, evidencia uma grande necessidade à superação do olhar para estes indivíduos como deficientes, de forma a usar o diagnóstico como meio de auxiliar e não de limitar o aluno.

### **2.3 A atuação do pedagogo no processo de inclusão**

Como já mencionado, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 2017) traz em seu capítulo V um foco especial sobre direcionar o ensino a pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. O inciso primeiro desse capítulo fala do uso de serviços especializados para o apoio a essas pessoas na escola regular. A regulamentação traz como objetivo prover condições de acesso, mas também a permanência e a participação desses alunos de modo ativo e participativo, tanto no seu próprio desenvolvimento, como também no enriquecimento do debate reflexivo em sala de aula. Assim, o pedagogo buscará desenvolver ferramentas de empoderamento para esses alunos.

O pedagogo pode contribuir com a inclusão escolar da pessoa com deficiência na medida em que promove a participação de toda a comunidade escolar, de forma democrática, possibilitando trocas de conhecimento acerca desse processo, seus limites e possibilidades e a necessidade de respeito às diferenças na busca por uma educação de qualidade para todos os alunos. Portanto, o professor tem o papel de auxiliar o estudante com necessidades educacionais especiais para que ele

avance tanto intelectualmente quanto socialmente. Dessa forma, esse aluno pode superar as expectativas e barreiras que lhe são criadas, podendo usufruir de seus direitos.

É importante a cada dia empenhar todos os esforços possíveis para que a educação seja um direito de todos, e “todos” também inclui pessoas que têm algum tipo de transtorno, pois, para além de qualquer transtorno, todo ser humano é dotado de potencialidades as quais, se forem devidamente exercitadas e orientadas, serão desenvolvidas de forma que o portador de transtorno possa desenvolver seu potencial pleno.

### **3 METODOLOGIA**

#### **3.1 Tipo pesquisa**

O trabalho será de cunho qualitativo, visando compreender a atuação do pedagogo no processo de inclusão. Para a aquisição das informações, serão desenvolvidas pesquisas bibliográficas e uma entrevista semiestruturada, a qual foi direcionada para ser respondida pela pedagoga da escola em questão.

#### **3.2 Local da pesquisa**

A pesquisa foi realizada na Escola Municipal Rosa Amaro Cavalcante, localizada na Rua Alfredo Mamede, 1064, Bairro: Mondubim, em Fortaleza, Ceará. A escola atende do 1º ao 4º ano do Ensino Fundamental em anos iniciais.

#### **3.3 Participantes**

A participante da pesquisa é professora, doravante identificada como Professora<sup>3</sup>, do 1º ano do Ensino Fundamental em anos iniciais, leciona há nove anos, é formada em pedagogia, possui especialização em psicopedagogia e, atualmente, faz mestrado. A profissional foi escolhida pois atua com o público alvo estudado nesta pesquisa.

---

<sup>3</sup> Na entrevista, para manter o sigilo acerca de sua identidade e ainda marcar a função indispensável que nossa participante ocupa na inclusão dos alunos, acordaremos em intitulá-la como Professora.

### 3.4 Coleta e análise de dados

O estudo se deu através de entrevista semiestruturada com quatro perguntas desenvolvidas a partir da necessidade de compreender como é realizado o trabalho da profissional em questão, bem como suas opiniões acerca da estrutura, do apoio e dos avanços que envolvem o tema basilar desta pesquisa.

A tarefa de inclusão no Ensino Fundamental em anos iniciais da instituição escolhida tem sido algo desafiador. Há a necessidade de recursos e de profissionais que possam auxiliar o educando em seu desenvolvimento. A escola não conta com apoio de estagiários, mas a prefeitura realiza projetos em que voluntários se dispõem a alfabetizar crianças que têm dificuldades na aprendizagem. Através deste trabalho, a professora notou o progresso na escrita e na leitura de seus alunos que têm dificuldade na aprendizagem.

A primeira pergunta foi sobre como a Professora percebe a proposta de educação inclusiva realizada na escola. Na sua opinião, “[...] há um esforço de compreender, dentro de tantas informações, a realidade do educando, porém, de fato, nos deparamos com uma falta de recursos tanto humana quanto técnica”.

Segundo Freire (1997, p. 52),

Ensinar não é transferir conhecimento, exige consciência do inacabado, reconhecimento do ser do educando, bom senso, humildade, tolerância e luta em defesa dos direitos dos educadores, apreensão da realidade, alegria e esperança, convicção de que a mudança é possível.

Portanto, enquanto educadores, é necessário que estejamos atentos à realidade de cada educando, sabendo que cada um tem suas particularidades e capacidade de desenvolvimento, por isso, precisamos buscar conhecer a realidade de cada um e lutar para que haja mudança e evolução.

A pergunta seguinte, foi sobre os principais desafios e obstáculos para efetivação da educação inclusiva nesse espaço de ensino. Segundo a Professora, “Recursos e estrutura, afinal incluir não se limita apenas em colocar essas crianças no ambiente escolar, isso conta, mas não somente, é preciso ter toda uma estrutura para elas”.

A educação inclusiva é uma revolução, precisa de mudanças no espaço físico, na estrutura e também nas ferramentas, recursos e técnicas. De acordo com Fávero (2004, p. 21). Dizemos que a educação inclusiva é uma revolução, pois ela implica em uma grande transformação dos ambientes educacionais. Transformação esta que será extremamente benéfica para todos os educandos.

Sobre a pergunta acerca do que seria necessário para superação de tais desafios, a Professora responde que “Primeiramente, um trabalho sério de formação continuada para professores e todos os demais profissionais da escola e uma equipe multidisciplinar dentro da escola”.

Todos os membros da escola precisam estar comprometidos com a educação inclusiva, mas, principalmente os professores precisam estar preparados para atender estes alunos. Por isso, é importante que haja formação continuada para que os professores estejam acompanhando as mudanças e estejam abertos para novas práticas e saberes.

Conforme afirma Poker (2003, p.41),

A formação de professores para a educação inclusiva precisa estar subsidiada em análises do conhecimento científico acumulado a respeito das competências e habilidades necessárias para atuar nessa perspectiva, ou seja, sua formação deve basear-se na reflexão e na criatividade. O professor necessita estar preparado para selecionar conteúdos, organizar estratégias e metodologias diferenciadas de modo a atender, adequadamente, a todos os alunos.

É importante que o professor seja um profissional reflexivo e criativo, que busca novidades para desempenhar em sala de aula, de forma que contribua com a formação de todos os educandos. O pedagogo precisa ser organizado, planejar as aulas com estratégias que atendam as demandas de seus alunos.

Perguntamos qual a opinião da professora sobre o papel/contribuição do pedagogo para a educação inclusiva nas escolas. Para a Professora, “O papel do pedagogo está em abraçar a causa como um dos pilares importantes para a formação do educando, com deficiência ou com algum quadro específico, como caminho para a sociedade que almejamos”.

Segundo a Professora, o pedagogo deve abraçar a causa, ou seja, buscar compreender a realidade de cada aluno, aperfeiçoar suas habilidades, aprimorar seus conhecimentos e saberes para poder executar seu papel com êxito.

De acordo com Dias (2009, p. 6),

O papel do pedagogo deve ser de agente gestor do processo pedagógico, ser o mediador entre a organização escolar e o trabalho do docente, criando condições favoráveis que garantem atingir os objetivos pedagógicos e políticos presentes na proposta pedagógica da escola, ser investigador e cumprir determinações perniciosas do processo educativo.

Segundo o autor, o pedagogo precisa ser um mediador e garantir que os objetivos sejam alcançados, o pedagogo precisa ser também investigador, buscar entender a realidade de cada indivíduo e cumprir o seu papel, colaborando com o processo de todos os seus educandos.

### **3.5 Aspectos éticos**

A pesquisa respeitou os parâmetros e diretrizes determinados pelos aspectos éticos. Foi desenvolvida de forma ética mantendo sigilo para preservar os participantes de quaisquer exposições. A entrevista foi realizada na sala de aula.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A tarefa de inclusão na Escola Municipal Rosa Amaro Cavalcante é recente. Além disso, o trabalho da escola em questão não conta com estagiários para auxiliar os alunos que apresentam alguma necessidade educacional, também não dispõe de provas adaptadas, mas conta com uma boa estrutura, como rampas e banheiro acessível.

Apesar do empenho dos professores em ministrar suas aulas, é necessário que haja mais estímulos que auxiliem os alunos no processo de aprendizagem, incluindo-os nos grupos sociais junto aos demais colegas de classe.

O papel do educador é conhecer as singularidades dos processos pedagógicos de cada um de seus alunos e identificar meios que garantam o desenvolvimento e a autonomia do educando, ajudando-o a sentir-se capaz de realizar suas tarefas.

Diante de todas as discussões apresentadas neste trabalho, percebe-se o quão este tema é importante, ainda que, no Brasil, esteja na sua fase de implementação, pois leis e estudos sobre este assunto em território nacional são bem recentes. A partir disto, é importante se debruçar cada vez mais sobre o tema, de forma a colocá-lo em prática na sua plenitude.

A não implementação completa deste viver inclusivo não é algo particular da escola em questão. Esta, diante de outras, apresenta um passo importante neste processo.

Também é imprescindível que a escola traga treinamento e aperfeiçoamento para os profissionais do corpo docente, de forma que este trabalho não seja mais terceirizado e haja o entendimento de que a inclusão se faz com o auxílio de todos. Todos precisam se posicionar e entender seus papéis no que diz respeito ao viver pleno da inclusão no seio escolar.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Maria Antônia Ramos de, CUNHA, Gracilliane Rosa da, **Gestão Escolar e Educação Inclusiva: uma parceria necessária e emergente na escola.** *Educação: teoria e prática*, 2008.

BRANDENBURG, Laude Erand; LUCKMEIER, Cristina. **A História da inclusão X Inclusão social na perspectiva da educação inclusiva.** Anais do Congresso Estadual de Teologia, São Leopoldo, [s. l.], 2013.

DIAS, Raquel Mariano Pereira; PAULINO, Paulo Cesar. **O papel do pedagogo na inclusão do deficiente mental**, 2009. 7 p. (Especialização/Pedagogia) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFP), Paraná, 2009.

MANTOAN, Maria Tereza Egler. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?.** 1. ed. São Paulo: Moderna, 2003. 50 p.

MENDES, Enicéia Gonçalves. **A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil.** Revista Brasileira de Educação, [s. l.], 2006.

MIRANDA, Arlete Aparecida. **História, Deficiência e Educação Especial.** Reflexões desenvolvidas na tese de doutorado: A prática Pedagógica do Professor de Alunos com Deficiência Mental, [s. l.], 2003.

RAMOS, Rossana. **Inclusão na prática: estratégias eficazes para a educação.** 2. ed. [S. l.]: Summus Editorial, 2010. 128 p.

ROSINKE, Denise Megier Rakowski. **O orientador educacional e os desafios para uma educação inclusiva.** Encontro Nacional de Educação (ENACED) e Seminário Internacional de Estudos e Pesquisa em Educação nas Ciências (SIEPEC), n. 2, 2022.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. Prefácio. *In: Inclusão: Um guia para educadores.* 1. ed. Porto Alegre: Artmed, 1999. cap. Prefácio, p. 11.

ZANELLATO, Daniela; POKER, Rosimar Bortolini. **Formação continuada de professores na educação inclusiva: a motivação em questão.** Revista Ibero-Americana de estudos em educação, p. 147-158, 2012.